

# Diário Oficial

## Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 104

Poder Legislativo

Recife, sábado, 9 de junho de 2007

# Lei obriga escolas a promover homenagens cívicas mensalmente

Proposta, realizada sempre no dia 19, visa fortalecer a cidadania na juventude pernambucana

Para expressar a cultura e os sentimentos brasileiros, as escolas de Pernambuco serão obrigadas, no dia 19 de cada mês, a hastejar a Bandeira do Brasil ao som do Hino Nacional. O ritual deverá ser realizado na presença do corpo docente e discente da instituição. Em 19 de novembro, Dia da Bandeira, a cerimônia será especial.

A medida está prevista na Lei nº 13.201/07, de autoria do deputado Augusto Coutinho (DEM), e sancionada em 16 de janeiro deste ano, pelo governador Eduardo Campos (PSB). De acordo com a matéria, durante o evento será lida e distribuída aos alunos das

escolas uma mensagem cívica alusiva ao significado da solenidade. "Isso despertará nos estudantes o sentimento de nacionalidade e de responsabilidade com a Pátria", frisou Coutinho.

Segundo o parlamentar, o culto aos símbolos nacionais, principalmente à bandeira e ao hino, ainda tem sido prática tradicional em vários estabelecimentos de ensino no Brasil. "Em diversas escolas de Pernambuco, o hasteamento é ainda ação corrente como expressão da cultura brasileira", destacou. Augusto Coutinho salientou a necessidade de fortalecer a cidadania na juventude estudantil pernambucana, daí a importância da lei.



ARQUIVO/ALEPE



MOISÉS BARBOSA

NACIONALIDADE - Augusto Coutinho defende a importância de valorizar símbolos nacionais como a bandeira

## Ensino Superior

# Estímulo ao pré-vestibular popular



ARQUIVO/ALEPE

IZAÍAS - Compensar os integrantes



ARQUIVO/ALEPE

VISTORIA - Universidades vão fiscalizar os cursinhos

Estimular alunos dos cursos de licenciaturas nas universidades públicas do Estado a trabalhar em pré-vestibulares populares é o que visa a Lei nº 13.183/07, sancionada pelo governador Eduardo Campos (PSB), em janeiro deste ano. A iniciativa teve origem no Projeto de Lei nº 339/03, de autoria do 10 vice-presidente da Casa, deputado Izaías Régis (PTB). A matéria prevê que esse trabalho realizado pelos jovens seja contabilizado pelas instituições educacionais como carga horária válida para estágio.

"O objetivo é oferecer uma compensação financeira, ou de outra natureza, aos estudantes que já participam desse movimento e, também, servir de incentivo àqueles que desejam integrar a iniciativa", declarou Izaías na justificativa da proposta.

A lei determina que os dirigentes dos pré-vestibulares interessados em parti-

cipar do projeto deverão se cadastrar junto às universidades e cumprir os requisitos estabelecidos. As exigências consistem na apresentação de três declarações. Uma registrada em cartório, contendo a designação dos coordenadores do curso e de um coordenador pedagógico. Outra assinada pela coordenadora, comprovando a não-cobrança de mensalidade, e uma declaração de duas entidades jurídicas, com firma reconhecida, que ateste a existência do pré-vestibular e a conduta regular do estabelecimento.

Caberá às universidades vistoriar o local de realização dos cursos, bem como avaliar a metodologia adotada e emitir parecer favorável ou não ao cadastramento do pré-vestibular. As entidades de Ensino Superior também serão responsáveis pelo acompanhamento do estágio.

## Proposta

### Proposta Nº 03

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, na forma do previsto no art. 56, XII, do Regimento Interno, submete ao Plenário:

Projeto de Lei Ordinária Nº 180/2007

**Ementa:** Modifica a Lei nº 12.717, de 1º de dezembro de 2004 e alteração.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 12.717, de 1º de dezembro de 2004 e alteração passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

§1º Os servidores afastados por licença não receberão auxílio alimentação.

§2º .....

Art. 2º Fica reajustado em 13,64% (treze virgula sessenta e quatro por cento) o auxílio alimentação.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

A presente proposição tem por finalidade adequar o pagamento do auxílio-alimentação à dotação orçamentária existente, atualizando seu valor dentro de princípios da administração pública como a racionalidade.

Sala das Reuniões, em 6 de junho de 2007.

Mesa Diretora

Guilherme Uchoa - Presidente  
Izaías Régis - 1º Vice-Presidente  
João Fernando Coutinho - 1º Secretário  
Raimundo Pimentel - 2º Secretário  
Sérgio Leite - 3º Secretário

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

REPUBLICADA

## Parecer de Comissão

### Parecer Nº 311/2007

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 43/2007, já aprovado com suas respectivas Emendas, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

**Ementa:** Altera a redação dos artigos 1º e 3º da Lei nº 12.258, de 22 de agosto de 2002.

Art. 1º Os artigos 1º e 3º da Lei nº 12.258, de 22 de agosto de 2002 passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º É assegurado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor cobrado para o ingresso em casas que proporcionem eventos culturais aos professores e servidores, ativos e aposentados, vinculados a instituições de ensino publicamente reconhecidas no âmbito do Estado de Pernambuco.

## PODER LEGISLATIVO

**Mesa Diretora:** Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Francklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Tenente-coronel Ricardo Ferreira de Lima (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente Educacional); **Auditoria,** Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Renata Rodrigues; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Edição Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezo Ramos; **Estagiários:** Monique Cabral, Patrícia Alves, Paulo Marinho, Priscilla Aguiar e Rodrigo Ferreira. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** [dimprensa@alepe.pe.gov.br](mailto:dimprensa@alepe.pe.gov.br).



Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

§1º Tal benefício deve ser concedido a todos os integrantes do Sistema Estadual de Ensino, denominados, para os efeitos desta Lei, de “Educadores em sentido amplo”, incluídos neste conceito os servidores lotados na Secretaria de Educação, Universidade de Pernambuco – UPE, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, Conservatório Pernambucano de Música e os servidores lotados nos centros profissionalizantes da SECTMA – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

§2º A meia – entrada corresponderá sempre à metade do ingresso cobrado, ainda que sobre o seu preço incidam descontos ou atividades promocionais.

Art. 3º A prova de condição prevista no artigo 1º, para recebimento do benefício, será feita através de carteira funcional emitida pela Secretaria Estadual de Educação, Carteira Profissional, documento de comprovação de filiação a instituição representativa de professores ou servidores de instituições ensino ou qualquer outro documento público que comprove o preenchimento dos requisitos previstos na presente Lei.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Figueirôa  
Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis,  
em 6 de junho de 2007.

Presidente: Antônio Figueirôa.

Relator : Antônio Figueirôa.

Favoráveis os (3) deputados: Aglailson Júnior, Bringel, Sebastião Rufino.

REPUBLICADO

## Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO  
CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO  
DO DIA 24 DE MAIO DE 2007.

Sr Presidente, Sras Deputadas, Srs Deputados:

Venho pedir a atenção dos colegas hoje a dois assuntos. O primeiro diz respeito a algo que aqui já trouxe, no dia 23 de abril, mês passado, quando estive nesta Tribuna para repudiar resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar do Ministério da Saúde que dispõe sobre a troca de informações entre planos e operadoras de saúde, o chamado TISS: Troca de Informações em Saúde Suplementar (TISS).

O sistema, a princípio, contribui para a racionalização dos gastos em saúde suplementar. Dizia, naquele momento, que a nossa preocupação era com a exposição que os pacientes passariam a ter neste novo ambiente. O usuário de plano de saúde passou, a partir do início deste mês de maio, a ser classificado, tendo seu diagnóstico divulgado no sistema de troca de informações a todos os planos de saúde. Antes do TISS, apenas os exames solicitados pelos médicos eram conhecidos pelas operadoras e planos. Com o TISS, o sigilo médico do diagnóstico é invadido, devassado. A qualquer momento que um paciente tenha intenção de deixar o plano que possui, os demais saberão exatamente o perfil do consumidor. Se o usuário tem uma patologia de custo alto de tratamento, dificilmente conseguiria a migração. Colocava ainda para as senhoras deputadas e para os senhores deputados que, ao meu ver O TISS representaria uma verdadeira SERASA para pacientes mais graves.

Foi com grata satisfação que tomamos conhecimento da Resolução n. 1819 do Conselho Federal de Medicina publicada no Diário Oficial da União de ontem que proíbe o médico de divulgar o Código Internacional de Doença (CID).

A partir de agora, o diretor médico das operadoras que estiver obrigando os prestadores a colocar o CID nos documentos será julgado pelo Conselho Federal, com penas que incluem desde a advertência confidencial a cassação do diploma.

As informações repassadas dos hospitais para os planos são de responsabilidade do médico que atua dentro das unidades, mesmo quando as guias são preenchidas por outros funcionários.

A obrigatoriedade da TISS começou a valer este mês para hospitais, laboratórios e cooperativas. Para o médico (pessoa física) começa em 2008 e com a resolução do CFM os profissionais estarão impedidos de cumprir a determinação da ANS.

Trago aos colegas minha decisão de entrar com uma Ação Civil Pública contra a ANS.

O segundo assunto de que venho tratar diz respeito ao Hospital do Câncer de Pernambuco.

Acho que nós aqui temos a responsabilidade de cobrar, denunciar, exigir providências de situações que exijam providências do Executivo, mas devemos também registrar o sucesso de ações por nós mesmos solicitadas. Lembro que aqui vim cobrar do Governador Eduardo Campos a decisão corajosa de decretar intervenção no Hospital do Câncer; O nobre deputado Luciano Moura estava em Plenário, lembro-me bem, e a menos de dois meses da acertada decisão do Governador, temos muito a comemorar:

1. Uma melhoria nas instalações da quimioterapia que se encontra no 1º andar do prédio do IMEC, onde os pacientes têm um conforto de enfermarias de hospitais privados, com área climatizada, ampla. Isso faz com que o hospital atenda cerca de 1.000 pacientes/mês, resgatando os pacientes que antes faziam as drogas quimioterápicas de primeira linha e seguiam para os hospitais particulares que faziam as drogas de segunda linha, que o SUS remunera bem;

2. Foi criado o setor de Captação de Recursos para projetar ações externas, que venham beneficiar o HCP;

3. Salários dos funcionários praticamente em dia, restando só 40% de abril. Vale ressaltar que com a intervenção o recolhimento dos encargos sociais como FGTS, INSS, entre outros estão sendo pagos. Além de uma estruturação de política de recursos humanos antes inexistente, com graves distorções salariais, de função, etc;

4. Reabertura do Serviço de Cirurgia de mama com reforma ampla, com a ajuda do Instituto Wall Mart, que doou equipamentos;

5. Terceirização do setor de vigilância e serviços gerais, pois os já existentes não eram satisfatórios para a instituição; Sabemos que ainda há muito a se fazer, mas é necessário constatar que o Hospital do Câncer agora está no rumo certo, nos congratular com o interventor Dr. Francisco Sabóia, com o Secretário de Saúde Dr. Jorge Gomes e sua equipe e, sem dúvidas, com o Governador que, com sua coragem, possibilitou a construção dessa saída para a crise que ali se instalara recente e recidivamente, nos últimos anos.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA  
ELINA CARNEIRO DO DIA 21 DE MAIO DE 2007.

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,  
Senhoras Deputadas,

Estou tendo a oportunidade de fazer valer uma justa homenagem, de feliz iniciativa da ex – Deputada Dilma Lins, que através de Projeto de Resolução, permitiu que o Coronel Paulo César da Silva Alípio, com o entusiasmo do Deputado Sebastião

Ruíno, receba uma das maiores honrarias que essa Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco concede: o título de Cidadão Pernambucano.

Só é concedido à aqueles que fizeram por onde, à aqueles que se dedicaram a causa pernambucana. É por isso que o Coronel Paulo César recebe hoje está significativa homenagem.

Nascido no Rio de Janeiro, em Rezende, filho de Sebastião Benedito e dona Josefa, Paulo César em 1975 ingressou na AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras.

<p>A partir daí sua formação profissional foi ampliada com vários cursos, como:</p>
<p>Básico de Pára-quedista, Mestre em Atividades Aeroterrestre – Mestre de Saltos, Básico de Salto Livre, Avançado de Salto Livre, Estágio de Segurança e proteção de Autoridades, Estágio de Montanha, Estágio de Adaptação á Caatinga, Mestre em Aplicações Militares, Psicotécnica Militar, Especialização em Capelania, Mestre em Teologia, Pós-Graduação em Terapia Familiar,</p>

Aluno do curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas de Segurança. Atualmente exerce o Comando da Guarda Civil Municipal do Jaboatão dos Guararapes. Tem este novo cidadão pernambucano, Coronel Paulo César, todos os méritos para levantar a bandeira da pernambucanidade, portanto, pela Deputada Dilma Lins, pelo Deputado Sebastião Ruíno e por mim, peço a Mesa da Casa de Joaquim Nabuco, que conceda o título de Cidadão Pernambucano ao Coronel Paulo César da Silva Alípio.

<p><b>PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, DEPUTADO IZAÍAS RÉGIS, NO GRANDE EXPEDIENTE DO DIA 04 DE JUNHO DE 2007.</b></p>
<p><b>II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO</b></p>

A realização do II Seminário Estadual de Educação do Poder Legislativo, abrangendo discussões sobre o tema, como o financiamento do sistema educacional, indica a preocupação deste Parlamento em torno de uma questão que apresenta muitas deficiências e requer, por isso mesmo, estudos e atualizações, no caminho de buscar os meios de proporcionar mais e melhor educação e cultura à população. Não será demais lembrar e repetir: nenhuma nação atingirá um pleno desenvolvimento se descuidar do sistema educacional, especialmente em face das revoluções tecnológicas que se sucedem e exigem mais e mais mão-de-obra qualificada, num mercado sempre competitivo.

A Alepe teve uma iniciativa muito louvável ao instituir a realização, a cada dois anos, deste seminário sobre educação. Por meio da deputada Teresa Leitão, este Grande Expediente Especial reúne educadores de todo o Estado para apresentar, de hoje até o próximo dia 6, sugestões sobre o tema.

Sendo assim, a Assembléia Legislativa dá sua colaboração aos esforços da sociedade e dos governos ao abrir espaço, neste Plenário, a um assunto tão fundamental para o futuro do País, como o ensino e a valorização dos profissionais da educação.

<p><b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI NO DIA 31 DE MAIO DE 2007.</b></p>
<p><b>OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO JARBAS VASCONCELOS E MENDONÇA FILHO</b></p>

**SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS;** TENHO ACOMPANHADO O NOTICIÁRIO A RESPEITO DE SETORES ESTRATÉGICOS COMO A EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO. FALA-SE DE PROBLEMAS NAS ESCOLAS, HERANÇA DO GOVERNO ANTERIOR E OUTRAS DIFICULDADES. SURPRESA PARA MIM SERIA PERNAMBUCO VIVER NUM MAR DE ROSAS! ISTO É IMPOSSÍVEL, SOBRETUDO POR QUE ADMINISTRAR O SETOR PÚBLICO SIGNIFICA CONVIVER COM ADVERSIDADES, CARÊNCIAS E ESCASSEZ DE RECURSOS, SOBRETUDO EM SEGMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE COMO EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA PÚBLICA E OUTROS. O ADMINISTRADOR PÚBLICO QUE NÃO ENCARAR AS DIFICULDADES DO SETOR PÚBLICO ESTAR FADADO AO INSUCESSO. O POVO DESEJA QUE OS PROBLEMAS SEJAM SOLUCIONADOS. NÃO ADIANTA RECLAMAR, É PRECISO AGIR EM BENEFÍCIO DO POVO DEIXANDO DE LADO PARTICULARIDADES POLÍTICAS DE MENOR RELEVO. PERNAMBUCO QUER MAIS INVESTIMENTOS SOBRE ISTO HOJE VENHO AQUI DESTACAR ALGUNS FEITOS E AÇÕES DO GOVERNO JARBAS/MENDONÇA FILHO, PARTICULARMENTE NA EDUCAÇÃO EM BENEFÍCIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE PERNAMBUCO. O GOVERNO QUE ADMINISTROU PERNAMBUCO DE 1999 A 2006, FOI UMA ADMINISTRAÇÃO COMPROMETIDA COM A ESTRUTURAÇÃO DE PERNAMBUCO PARA O FUTURO E AÍ A EDUCAÇÃO DA SUA GENTE DESPONTA COM AÇÕES RELEVANTES E ESTRATÉGICAS.

**SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS;** O ANALFABETISMO EM PERNAMBUCO FOI SIGNIFICATIVAMENTE DIMINUÍDO, CONSIDERANDO QUE A TAXA DE ANALFABETISMO DE PESSOAS ENTRE 10 E 14 ANOS CAIU CERCA DE 40% (PASSANDO DE 14,1% PARA 8%). CAIU DE 24% NO EXTRATO POPULACIONAL DE 15 ANOS E MAIS, SAINDO DE 24,4% PARA 18,5%, SEGUNDO O IBGE. ESSES NÚMEROS, DE RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO OFICIAL DE ESTATÍSTICA, MOSTRAM EM CONJUNTO COM OUTROS INDICADORES, QUE A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO É A QUE O ATUAL GOVERNO MOSTRA NA IMPRENSA. PERNAMBUCO, POR EXEMPLO, CONQUISTOU NOS ÚLTIMOS 3 ANOS (2004/2006) PRÊMIO DE REFERÊNCIA EM GESTÃO ESCOLAR CONCEDIDO COM O JULGAMENTO E PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ELEVADA CREDIBILIDADE COMO A UNESCO, FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO E O PRÓPRIO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. REFIRO-ME AS ESCOLAS ESTADUAIS JANDIRA ANDRADE LIMA – LIMOEIRO, SEVERINO FARIAS – SURUBIM E LUIZ GONZAGA DUTRA – ARARIPINA. AINDA SEM TOCAR NA QUESTÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, IMPORTANTE ENALTECER A EXPRESSIVA OBRA REALIZADA NO CAMPO DA VIABILIZAÇÃO DO ACESSO A INFORMAÇÃO DO ACESSO A INFORMÁTICA PARA O ESTUDANTE PERNAMBUCANO. FORAM MAIS DE 500 ESCOLAS EQUIPADAS COM LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA, INCLUSIVE COM O APOIO ALAVANCADO PELO GOVERNO JUNTO AS EMPRESAS DE TELEFONIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. ISTO, SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS, COLOÇA PERNAMBUCO ENTRE OS 5 (CINCO) PRIMEIROS COLOCADOS EM TERMOS DE CONECTIVIDADE E INFORMATIZAÇÃO, CONDIÇÃO QUE HONRA OS PERNAMBUCANOS. POR OUTRO LADO, RELEVANTE É INFORMAR AQUI NESTA CASA DOS PERNAMBUCANOS, NESTA CASA NA QUAL SE ENALTECE OS SEUS ANSEIOS DA GENTE DE PERNAMBUCO QUE O CRESCIMENTO NAS MATRÍCULAS DE ENSINO MÉDIO DE 1988 PARA 2006, FOI DE 83,0%, PASSANDO DE 202 MIL ALUNOS PARA 370 MIL DO FINAL DE 2006. FIGAREI EXTREMAMENTE SATISFEITO SE O GOVERNO ATUAL CONSEGUIR MANTER ESTA PROPORCIONALIDADE DE CRESCIMENTO.

**SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS;** O TRABALHO REALIZADO PELO GOVERNO JARBAS/MENDONÇA FILHO NÃO PODE SER MEDIDO APENAS POR ESSES INDICADORES. OS RESULTADOS MOSTRAM MELHORIA QUALITATIVA DO ENSINO, AVANÇOS NO CAMPO DO APERFEIÇOAMENTO DO QUADRO FUNCIONAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SOBRETUDO DOS PROFESSORES. DEVE SER MEDIDO POR INICIATIVAS E PROJETOS DE ELEVADA EXPRESSÃO PARA A MELHORIA E EXPANSÃO DO ENSINO, COMO POR EXEMPLO OS PROGRAMAS RUMO À UNIVERSIDADE, CRIAÇÃO DE CENTROS DE ENSINO EXPERIMENTAL, REDUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, MELHORIA DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (PROGRAMA EDUQ/BIRD) QUE O ATUAL GOVERNO VAI DISPOR DE US\$ 53 MILHÕES PÁRA INVESTIR. NA RECUPERAÇÃO FÍSICA DE REDE DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO O GOVERNO INVESTIU R\$82,0 MILHÕES BENEFICIANDO MAIS DE 30% DOS PRÉDIOS ESCOLARES. NO CAMPO DA REPOSIÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARAA REDE ESCOLAR FORAM INVESTIDOS ALGO COMO R\$ 20,0 MILHÕES. LONGE DE IMAGINAR QUE TUDO FOI RESOLVIDO, ATÉ PORQUE REPITO: PERNAMBUCO NÃO VIVE NUM MAR DE ROSAS, CONTINUARÁ TENDO DESAFIOS A VENCER. E VENCER DESAFIOS E AMPLIAR RESULTADOS É TAREFA DE QUALQUER ADMINISTRAÇÃO. DO TEOR DESTES PRONUNCIAMENTO, SOLICITO QUE SEJA DADO CONHECIMENTO AOS EX-GOVERNADORES DE PERNAMBUCO, SENHOR JARBAS VASCONCELOS, MENDONÇA FILHO; AOS EX-SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO, DEPUTADO FEDERAL RAUL HENRY, PROFESSOR EFREM MARANHÃO, PROF. MOZART NEVES; EX-SECRET’RIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO, CELECINA PONTUAL; EX-SECRETÁRIO DA FAZENDA, MARIA JOSÉ BRIANO; DEPUTADOS FEDERAIS, ANDRÉ DE PAULA, ROBERTO MAGALHÃES E JOSÉ MENDONÇA, AOS PREFEITOS DE MACAPARANA, MAVIAEL FILHO; MACHADOS, MANOEL PLÁCIDO; OROBÓ, MANOEL JOÃO DOS SANTOS; ALIANÇA, CARLOS FREITAS; SANTA TEREZINHA, TEÓGENES LUSTOSA E AOS JORNALISTAS ANTÔNIO MAGALHÃES E ALDO PAES BARRETO.

<p><b>PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA MIRIAM LACERDA NA REUNIÃO DO DIA 05 DE JUNHO DE 2007.</b></p>
<p><b>DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE.</b></p>

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados**
Hoje muitas vozes vão ecoar pelo mundo inteiro em defesa do meio ambiente. Desta vez, com um tom diferente. É o primeiro “Dia Mundial do Meio Ambiente” depois da publicação do Relatório do Painel Governamental Sobre Mudanças Climáticas, que revela dados assustadores sobre o aquecimento global - a mais grave ameaça de que se tem notícia sobre o futuro da vida planetária. As vozes que protestavam, que denunciavam, que advertiam diante de questionáveis profecias, agora são vozes que clamam pela solidariedade comum, pelas responsabilidades diferenciadas e pelas ações concretas. De fato, a humanidade chegou a uma encruzilhada histórica: ou altera profundamente o rumo que tomou, de um lado, criando e acumulando riquezas e, de outro, gerando enormes passivos sociais e ambientais; ou comprometerá, irremediavelmente, a sobrevivência do Planeta. Falo da solidariedade comum, porque comum é o destino de todos. Os efeitos da degradação ambiental não têm fronteiras: a emissão de gases nos Estados Unidos, a derrubada das florestas tropicais na região amazônica, os experimentos das potências nucleares, tudo isso afeta indistintamente todos os habitantes da Terra. Sem solidariedade entre as nações a tragédia global é inevitável. Falo da responsabilidade diferenciada, porque uns podem fazer mais, outros menos, mas todos podem fazer muito pela preservação do meio ambiente. E fazer muito é fazer o que está ao alcance de cada um, como a responsabilidade do colibri na conhecida fábula do incêndio da floresta: derramava gotas d’água sobre intensas labaredas que consumiam a floresta e, quando acusado de desperder um esforço inútil, respondeu: “Eu estou fazendo a minha parte”. A noção de responsabilidade diferenciada determina a ação concreta de cada cidadão consciente; de cada organização não-governamental comprometida com a causa ambiental; de cada empresário sensível aos padrões do desenvolvimento sustentável; de cada governante que adote políticas públicas voltadas para a qualidade de vida das pessoas, considerando a satisfação de demandas básicas, o respeito às diferenças, o direito a um meio ambiente limpo e saudável, de modo a legar um patrimônio natural capaz de acolher e atender as necessidades das futuras gerações. O que era escasso – o capital financeiro, o capital tecnológico, o capital humano – tornou-se abundante; o que parecia inesgotável – o ar, a água, a terra, as matas, o capital natural – tornou-se escasso, ou seja, a natureza tornou-se assustadoramente escassa, representando um grave limite à prosperidade e à vida.

**Senhor Presidente. Minha caras e caros colegas,**
Tenho consciência da minha pequenez, aqui da tribuna da Casa de Joaquim Nabuco, ao tratar de uma questão que ocupa a agenda internacional. Mas tenho consciência de que meu chão é Caruaru; minha terra é Pemambuco; minha Nação é o Brasil; o mundo é a Pátria da minha cidadania ambiental. Por Pernambuco e por Caruaru posso falar, posso fazer e, por pouco que seja, estarei fazendo pelos meus filhos, meus netos e pelas futuras gerações. Por isto, a causa ambiental é uma das bandeiras a que dedico o mandato parlamentar que me foi conferido pelo povo de Pernambuco. A condição de mãe me aproxima da mãe-natureza, que sabe o que significa cuidar dos filhos; a condição de filha me faz saber o que significa cuidar da mãe-natureza, em amorosa relação de comunhão. A condição de mulher nascida no interior de Pernambuco, matuta da gema caruaruense, entre as águas, hoje agônicas, dos rios Ipojuca e Sirinhaém, me ensinou o valor da flor do agreste e da terra mineral, promessas de arte e de vida da minha gente. Ensinou-me, também, a diferença entre a cidade pacata, acolhedora e a metrópole pujante, ameaçada pelas seqüelas da transformação urbana. A ela quero dedicar, neste dia, o meu compromisso político de pelear por um crescimento que não exclua e por um progresso que não destrua o que temos de melhor: homem e natureza, realidade única, comunal, indissolúvel, feitos para viver em permanente harmonia.

<p><b>PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA MIRIAM LACERDA NA REUNIÃO DO DIA 07 DE JUNHO DE 2007.</b></p>
<p><b>ENCERRAMENTO DA SEMANA DO MEIO AMBIENTE.</b></p>

**Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados,**
Venho, nesta oportunidade, falar ainda uma vez mais sobre meio ambiente, fechando a Semana do Meio Ambiente aqui na Casa de Joaquim Nabuco. As palavras “meio ambiente”, “preservação”, “ecologia”, “bioma”, “eco-sistema”, “efeito estufa”, “aquecimento global,” “biodiversidade ” e tantas outras, estão na moda, e, muitas vezes, com o intuito de não serem tidas como à margem do conhecimento humano atual, as pessoas as utilizam como jargões obrigatórios em rodas de intelectuais, de curiosos e dos especialistas nas diversas disciplinas que tratam deste palpitante e atual assunto. Cercada por tantas pessoas que verbalizam, escrevem, estudam e pesquisam o meio ambiente sob a ótica de sua preservação ou mesmo da minimização dos efeitos nocivos que as atividades humanas promovem, é que me pergunto: que contribuição posso trazer a esta Casa, para que, após a devida análise da mesma pelos meus pares, possamos, eu e eles, nos consideramos partícipes, dentro do nosso

universo estadual, do esforço internacional que se pode observar atualmente em acelerado andamento, e voltado para a preservação de nossa mãe terra?

Diria que, operacionalmente, estamos limitados aos poucos mais de 98.000 Km2 de extensão do território pernambucano, já que essa é a extensão geográfica de nossa ação legislativa.

Cabe-nos, todavia, como propositores de leis e de instrumentos opinativos outros, tais como, moções, denúncias, registros históricos, elogios e honrarias, enfim, agindo de forma a trazer, clara e transparentemente a esta Casa, os anseios, proposituras e demandas do povo que nos elegeu, é que nos sentimos estimulada a propor, ao Poder Executivo de nosso Estado, algumas ações colhidas junto às mais conceituadas organizações ambientalistas de Pernambuco, bem como junto à população em geral.

Consideramos essencial a formação de uma cultura de preservação ambiental, em convivência harmoniosa, ou pelo menos equilibrada, com a inevitável presença do homem na terra.

E essa cultura somente poderá ser introduzida, aceita e cultivada, através da Educação. Desta assertiva, nitidamente óbvia, é que se deriva nossa primeira proposição: que seja incluído no planejamento educacional do Estado, em todos os níveis, uma disciplina que possa instruir aos alunos, noções, princípios e, até, um conteúdo mais aprofundado, sobre Meio ambiente.

A segunda propositura, que lastreia fisicamente a primeira, é a da criação de Áreas Estaduais de Preservação Ambiental, geograficamente distribuída na região litorânea, na zona da mata atlântica, na área de transição agrestina e no sertão semi-árido. Todas essas áreas deverão ser obrigatoriamente alcançadas pela legislação, como áreas de preservação rigorosa, e, destinadas a servirem como laboratórios naturais de campo, para o uso dos estudantes dos diversos níveis, matriculados nas escolas públicas e privadas do Estado. A terceira proposição é a de que sejam concedidos estímulos fiscais estaduais e que sejam, ainda, requeridos recursos financeiros federais, destinando-os a projetos de reflorestamento, com o replantio das essências nativas respectivas a cada um dos quatro biomas citados: o litorâneo, a mata atlântica, o agreste e o sertão semi-árido.

É importante que esses projetos, a longo prazo, possam gerar os resultados biológicos e financeiros esperados, devendo estes últimos, serem reinvestidos na conservação e manutenção dos ditos empreendimentos.

Estas três proposições, senhores deputados, não as faço movida pelo modismo ambientalista do momento. Faça-a, sim, por íntima convicção de algo que pode e deve ser feito.

Meus colegas, faço minhas algumas palavras do mundialmente famoso cientista Albert Einstein: “ Temos que fazer o melhor que podemos. Esse é o nosso sagrado dever humano”.

#### PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA TEREZA LEITÃO NO DIA 06 DE JUNHO DE 2007.

#### II Seminário de Educação do Poder Legislativo espaço de debate e de proposição

Foram três dias de intensa participação, muita reflexão e excelentes propostas para a política educacional durante os três dias do II Seminário de Educação do Poder Legislativo.

Mais de 300 pessoas entre estudantes, professores, gestores municipais, funcionários de escolas, dirigentes sindicais, assessores parlamentares, funcionários da Alepe e deputados constituíram um público atento e participativo ao II Seminário de Educação do Poder Legislativo.

Quero renovar os meus agradecimentos à Mesa Diretora e à Escola do Legislativo pelo apoio dado à Comissão de Educação e a todo o evento.

Quero destacar, também, e informar a todos os meus pares proposições apresentadas nos grupos que serão encaminhadas às instituições pertinentes, tais como:

- Solicitar reunião com o Secretário de Educação, Danilo Cabral, para discutir a situação dos Centros de Referência de Educação Infantil.
- Sugerir à Comissão de Educação da Assembléia Legislativa que discuta a situação do Colégio da Polícia Militar.
- Solicitar que a Comissão de Educação faça parte da Comissão que discute o regime de colaboração entre estados e municípios.
- Solicitar a Secretaria de Educação e ao MEC que viabilizem a capacitação dos conselheiros do Fundeb.
- Encaminhar para o MEC síntese das propostas de melhoria do projeto de lei do piso salarial.
- Convidar para audiência na Alepe o relator do projeto de lei do piso salarial.

Por fim, quero destacar que um dos pontos discutidos foi o Plano de Desenvolvimento da Educação, o chamado "PAC da Educação". No próximo dia 26 de junho, o Ministro da Educação, Fernando Hadad, virá a Pernambuco para firmar com o Estado e com as prefeituras e "Compromisso pela Educação". Para Pernambuco será uma oportunidade de captar mais investimentos para melhorar a qualidade da educação. Dos mil municípios selecionados para um atendimento especial pelos baixos índices de qualidade do ensino, 65 deles se situam em Pernambuco. Todas as regiões estão na listagem do MEC que tenho em mãos.

LISTA DOS MUNICÍPIOS.

Portanto, o II Seminário de Educação do Poder Legislativo foi de fato um espaço importantíssimo para qualificar a interlocução do Poder Legislativo com a sociedade.

A Comissão de Educação dará prosseguimento às proposições, na certeza de cumprir a sua atribuição de promover e defender o direito à educação.

#### PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA TEREZINHA NUNES EM 06 DE JUNHO DE 2007.

#### Proposta para implantação da Região Metropolitana de Petrolina

Fazer indicação ao Governo do Estado para que, através da Agência Condepe/Fidem e ouvindo os municípios atingidos, seja estudada a possibilidade de transformar a Microrregião de Petrolina na terceira Região Metropolitana do Estado, seguindo-se a Caruaru.

Pela grande distância da capital e dos demais centros urbanos de expressão no Nordeste, por congregar municípios de economia ascendente e harmônica em torno do pólo frutivinícola, pela necessidade crescente de obras de infraestrutura, pela expressiva população que possui, pelo desenvolvimento da cultura, do ensino, da área de saúde e do comércio e serviços, a Microrregião de Petrolina está pronta para assumir seu próprio destino e adquirir mais independência na decisão sobre os investimentos públicos necessários ao seu desenvolvimento.

A Região congrega 8 municípios – Petrolina, Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó e Terra Nova – ocupa 15% do território do estado com população estimada em 30 mil habitantes. Entre os anos de 1999 e 2004 apresentou uma taxa de crescimento de 8,48%, assumindo o primeiro lugar em expansão econômica das demais regiões de desenvolvimento do estado, incluindo a Região Metropolitana que cresceu 2,72%, no mesmo período.

Na economia da microrregião destaca-se a fruticultura, horticultura e floricultura e, na agroindústria, a vitivinicultura, com produção de vinhos finos de mesa, conhecidos nacional e internacionalmente. Detém 15% do mercado nacional de produtos vitivinícolas, sendo a única região do mundo a colher duas safras de uva por ano.

Além disso, a microrregião é um dos principais produtores de frutas do país, sendo responsável por 30% das exportações brasileiras nessa área. Destaca-se como produtora de manga (a maior do país), côco-da-baia (3º do país) banana (10º lugar), laranja, maracujá, melancia, melão, entre outras.

A agropecuária também tem destaque com o município de Cabrobó responsável por 60% da produção de arroz e 17% da produção de cebola do estado. A caprinocultura e a bovinocultura são exploradas com destaque para Petrolina e Dormentes, maiores produtores de ovinos do estado. A bovinocultura é uma atividade direcionada para a produção de derivados do leite, principalmente doce-de-leite, nos municípios de Afrânio e Dormentes, que também produzem de forma destacada iogurte.

A dinâmica econômica da microrregião tem favorecido o desenvolvimento de outras cadeias produtivas, a exemplo do terciário moderno: serviços médicos e jurídicos, turismo de negócios e ensino técnico e superior. No referente aos serviços de saúde e educação, existem 14 hospitais e 578 leitos atendendo a região e quase 300 estabelecimentos educacionais perfazendo um total de 127.000 alunos

matriculados. É a única região fora da Metropolitana que possui uma unidade da Universidade Federal, a UNIVASF – Universidade Federal do vale do São Francisco, com sede na cidade de Petrolina e voltada para o desenvolvimento regional e contando com mais de 13 cursos de graduação e pós-graduação.

A principal cidade da microrregião é Petrolina responsável por 70% do PIB da região. Encontra-se equidistante das mais importantes regiões metropolitanas do Nordeste (aproximadamente 800km) – Recife, Fortaleza e Salvador – trazendo vantagens logísticas e trocas comerciais através do seu aeroporto Senador Nilo Coelho. Este último foi ampliado e estradas como a da Uva e do Vinho foram asfaltadas para escoar a produção regional. O progresso dotou Petrolina de uma infra-estrutura urbana, apresentando hoje uma taxa de urbanização maior que 75%, e a transformando no pólo médico-hospitalar e acadêmico, atendendo habitantes da região e de outros estados.

Influenciando fortemente o crescimento econômico da região, ao lado de Petrolina, vêm as cidades de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande. A primeira apresenta um crescimento de 10% ao ano, tendo em 2004 um PIB na ordem de 270 milhões de reais, sendo o segundo maior da Região. Possui mais de 34 empresas de cultivo de uva, empregando entorno de 580 pessoas no setor.

O Município de Lagoa Grande, conhecido em todo o Brasil como a capital da uva e do vinho do Nordeste, se encontra a 54km de Petrolina e é o principal produtor de uvas e de vinho do Estado. Possui uma produção anual de 20,5 milhões de kg de uvas e de sete milhões de litros de vinho, exportando parte deste volume para outros países e diversos estados brasileiros, movimentando um negócio de, aproximadamente, 50 milhões de reais. No município existem cerca de dez vinícolas, responsáveis pela geração de 10,5 mil empregos.

A cultura do artesanato predomina em todos os municípios, apresentando cada um suas particularidades locais ora em couro, ora em madeira, barro ou pedra-sabão. Festas populares e religiosas são outros atrativos bem como as feiras livres. A Festa da Uva e do Vinho comemorativa à safra, em outubro, tornou-se mais uma das atrações turísticas da região tendo o enoturismo, atualmente, atraído entorno de 2,5 mil turistas por mês.

Por todos os aspectos aqui mencionados, é que defendemos a constituição de uma Região Metropolitana de Petrolina congregando municípios de cultura e clima comuns a um pólo de desenvolvimento econômico e social, beneficiando todos os municípios aqui retratados, seja nas questões fiscais, de transportes, de telecomunicações e a tantos outros aspectos do desenvolvimento regional.

#### PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA TEREZINHA NUNES DO DIA 22 DE MAIO DE 2007.

Pernambuco teve o fim de semana mais violento desde o início do mês. Pelo menos 50 pessoas foram assassinadas, subindo para 215 o número de homicídios desde o início do mês de maio, segundo o blog PEBodyCount. Os números apresentados pela Secretaria da Defesa Social apontam no mesmo sentido. De janeiro a abril deste ano, 1.704 pessoas foram assassinadas no estado, contra 1581, no mesmo período de 2006. Houve, portanto, nos quatro primeiros meses deste ano 123 mortes a mais que no ano passado. De março a abril, ainda de acordo com a SDS, verificou-se uma redução de 17,8% nos homicídios, mas não há, infelizmente, motivo para comemoração, a não ser que esta tendência se consolide daqui para a frente.

Ao contrário desta situação, Bogotá que, há pouco mais de dez anos era conhecida como a metrópole mais insegura das Américas, hoje saiu de uma situação crítica de violência urbana; é uma cidade segura e cheia de auto-estima, com seus habitantes podendo aproveitar suas ruas, ciclovias e passarelas. Merecidamente, nos últimos quatro anos recebeu três prêmios internacionais em reconhecimento aos avanços registrados no combate à criminalidade, sendo os mesmos conferidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; pela Organização Mundial da Saúde – OMS; e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultural – UNESCO.

O sociólogo colombiano Hugo Acero que conduziu a Secretaria de Segurança da Prefeitura de Bogotá de 1995 a 2003 foi o principal responsável por esta transformação. O mais significativo efeito de sua gestão foi a redução na taxa de homicídios que, em 1995, era de 80 por 100 mil habitantes, para 18 por 100 mil habitantes em 2003. Atualmente, Hugo Acero é consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo já apresentado o êxito de sua experiência para platéias de 25 países e, convidado pela Comissão de Defesa da Cidadania desta Casa, apresentará nesta quarta-feira, palestra sobre sua gestão às 9 horas no auditório do 6.o andar.

Sua principal inovação foi trazer também para os municípios a responsabilidade quanto à segurança pública, assumindo o enfrentamento da violência e encarando isso como uma oportunidade e não como um problema a mais para a gestão. Uma de suas primeiras ações foi à adoção da lei seca na qual todos os estabelecimentos comerciais da cidade que vendiam bebida alcoólica à 1h foram fechados e, conjuntamente, grandes blitzes foram realizadas em todo o município para abordar os motoristas e multar aqueles que estivessem dirigindo alcoolizados. Atualmente a Lei Seca apenas vigora nos bairros que apresentam índice alto de criminalidade. Houve também mudanças na polícia, porém, o que fez realmente diferença foram os investimentos no cidadão.

A violência foi assumida como uma epidemia e tratada desde da assistência individual até a coletividade. As favelas de Bogotá receberam muitos investimentos de infraestrutura e educação de qualidade através da construção de escolas de primeiro mundo para as pessoas mais pobres. As crianças saíram das ruas e foram obrigadas a freqüentar as salas de aula. É de ser ressaltado que todas essas mudanças se deram com o respaldo na Lei Constitucional que, em 1991, colocou o comando da polícia nas mãos dos prefeitos.

Experiências como essas deixam claro ser possível, com determinação e planejamento, acabar com o medo nas ruas, devolvendo às pessoas o direito de desfrutar plenamente os espaços públicos e de convívio social, fazendo com que a cidade se tome novamente atrativa para seus moradores e visitantes. Embora tenha especificidades próprias, Bogotá tem sido um exemplo a ser seguido para cidades, estados e países onde a criminalidade cresce dia a dia, como é o caso do Brasil. De forma que vale a pena ouvir o que nos tem a dizer o Dr. Hugo Acero. Contamos com a presença de todos.

## Portarias

## PORTARIA Nº 125/07

**O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 038/2007, da Deputada Terezinha Nunes,

**RESOLVE:** lotar naquele Gabinete Parlamentar, os servidores **RICARDO FERREIRA RODRIGUES**, matrícula 1553, retroagindo a 27.05.07 e **VLADEMIR BARBOSA DA COSTA**, matrícula 2585, retroagindo a 02.03.07, ambos à disposição deste Poder.

<b>Sala Austro Costa, 07 de junho de 2007</b>
<b>PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA</b> Superintendente Geral
<b>(PEPUBLICADO POR INCORREÇÃO)</b>

## PORTARIA Nº 126/07

**O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcionalnº 636893-JF/2007 e Parecer da Procuradoria Geral,

**RESOLVE:** Conceder ao servidor **ALDO DE AZEREDO COUTINHO**, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 06 (seis) meses de licença prêmio, para gozo oportuno, correspondente ao 3º (terceiro) decênio, completado em 28 de maio de 2004, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

<b>Sala Austro Costa,08 de junho de 2007.</b>
<b>PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA</b> Superintendente Geral